

CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL
ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Ao sexto dia do mês de julho de dois mil e dezesseis, às oito e trinta horas, no auditório do Conselho de Engenharia e Arquitetura do Distrito Federal, situ a SGAS - Quadra 901 Cj. D - SHCS, Brasília – DF, ocorreu 1º reunião conjunta/2016 do Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal – CONAM/DF e do Conselho de Recursos Hídricos – CRH/DF, atendendo à convocação para a 57º e 19º reunião extraordinária dos respectivos conselhos, ambos presididos pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA/DF, sob a seguinte pauta: **Item 1a:** apresentação da minuta do Projeto de Lei do Zoneamento Ecológico Econômico do Distrito Federal – ZEE/DF. **Item 2** – Informes. Fizeram-se presentes o Secretário de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal, presidente do Conselho, senhor ANDRÉ RODOLFO DE LIMA (SEMA), que presidiu a reunião e os seguintes Conselheiros (as): ADRIANA SALLES GALVÃO LEITE (SEGETH); JOSÉ LINS DE ALBUQUERQUE FILHO (SEAGRI); JANE MARIA VILAS BÔAS (IBRAM); LUIZ ARISTIDES LARGURA RIOS (IBRAM); VANDETE INÊS MALDANER (IBRAM); MANOEL ALESSANDRO MACHADO DE ARAÚJO (IBAMA/DF); JORGE ENOCH FURQUIM VERNECK LIMA (EMBRAPA); LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (FORUM de ONGs); MÔNICA VERÍSSIMO DOS SANTOS (FÓRUM de ONGs); REGINA STELLA QUINTAS FITTIPALDI (FORUM ONGs); CLÁUDIO MALINSK (CBH/PRETO); ANA PALMIRA SILVA (CBH/PARANOÁ); SÉRGIO KOIDE (UnB); FRANCISCO ALVES RIBEIRO (FAPE); CARLOS AUGUSTO GUIMARÃES BAIÃO (FECOMERCIO); ANA PAULA DIAS MACHADO DE C. PESSOA (FIBRA); ANTÔNIO CARLOS DE ARAÚJO NAVARRO (FIBRA); e MARCOS HELANO FERNANDES MONTENEGRO (ABES/DF). Os demais Conselheiros (as) não justificaram ausência. Participaram como convidados: Rogério A. B. da Silva (SEMA); José Lins de A. Filho (SEAGRI); Vanessa Cortines Barroncas (SEMA); Ludmyla Castro e Moura (SEMA); Luiz Fábio G. Mesquita (IBRAM); Cirlania Mota Alexandrino (ADASA); Carlos Roberto M. Vieira (SEGETH); Carolina Schaffer (SEMA); Carlos Juliano R. Nardes (OAB/DF); Fernando Carvalho Dantas (OAB/DF); Weverton Melo (SINDUSCON); Mariana Costa P. Pereira (ADASA); Ana Paula Fogaça de Oliveira. Procedendo-se a segunda convocação e constatada a maioria absoluta de seus membros, o presidente do Conselho deu por aberta a reunião conjunta CONAM/CRH-DF, procedendo com o **item 1 da pauta**. O presidente lembrou que o ZEE/DF é um instrumento estruturante e um legado da política territorial/ambiental do Distrito Federal. No âmbito do Comitê Político, como forma de qualificar o instrumento, estamos utilizando as informações, os dados, as análises, os relatórios, que vem subsidiando a formulação do ZEE, em debates que estão em curso no governo, no que tange a projetos considerados estratégicos e assim foi possível reorientar determinados investimentos em função do que já foi elaborado pelo ZEE. Já tem elementos que permitem iniciar o processo de interação direta com a sociedade. Pretendemos encaminhar o Projeto de Lei para a Assembleia Legislativa - AL, ainda este ano, apresentando à Comissão de Meio Ambiente e Assuntos Fundiários e, em 2017, para o Plenário da AL. Vamos fazer um debate na Comissão de Direitos Ambientais da OAB/DF, Na FIBRA, no Fórum de ONGs, etc. Pretendemos criar um Grupo de Trabalho – GT para refinar a minuta de projeto de Lei do ZEE, para isto, será enviado e-mail aos Conselheiros para manifesto de interesse na participação. Passou a palavra à subsecretária Maria Silvia Rossi, que apresentou do ZEE. A proposta hoje é testar o conceito de zonas e subzonas e captarmos as sugestões deste Conselho a respeito do tema. O propósito do ZEE/DF é a construção da sustentabilidade nos seus três pilares: social, econômico, ambiental e ainda, do político institucional. Temos grandes conflitos no marco legal. O propósito do ZEE/DF é, também, de promover um nível de convergência de olhar sobre o território, a partir de um olhar ecológico (capacidade de suporte a partir dos riscos), que é o nosso ponto de

partida e, o econômico (a diversificação da base produtiva com geração de emprego e renda) com o objetivo de incluir grupos 6 e 7 da socioeconomia do DF, que, hoje, compõe quase um milhão de pessoas. Se não tivermos uma política pública objetiva de geração de emprego e renda, em vinte anos, esses grupos estarão em situação de vulnerabilidade. Nós fizemos a opção do ecológico ser tratado como risco e o econômico ser tratado como geração de emprego e renda, como fator de inclusão socioprodutiva deste contingente. Foram apresentados os riscos ecológicos para o território e a diversificação da base produtiva. Salientou que vários estudos paralelos subsidiaram este trabalho, a exemplo do estudo de renda per capita que nos permitiu dividir o território em sete grupos com base na renda. Isto permitiu pensar a base econômica produtiva do território e suas conexões, definir a escala de geração de emprego e renda, de forma estruturante, a partir de política pública, para chegarmos a diversificação da base produtiva do DF e a possibilidade de geração de emprego e renda de qualidade e em escala. É preciso articular os vários setores do governo para esse planejamento ser coerente. Passou a palavra ao senhor Carlos Roberto/SEGETH que apresentou a alocação da base produtiva com a geração de emprego no território. Esclareceu que um trabalho apresentado pela secretaria de economia do DF apresentava os setores estratégicos para a economia do DF a partir de uma matriz calcada na oportunidade de desenvolvimento, por parte do governo e o que se pode oferecer para estes investimentos. Foram propostos seis polos de desenvolvimento nas bordas do DF para ancorar cadeias produtivas que alavancassem o desenvolvimento do entorno e a inversão de fluxo de deslocamento da área central para o entorno. Aprofundamos este estudo incorporando as áreas ambientais, urbanísticas, fundiárias e de mobilidade para definir a alocação dessas atividades, com o envolvimento das secretarias de mobilidade, a SEGETH, a SEDS e o Metrô. Assim as atividades produtivas foram definidas em três naturezas: N1, N2 e N3, de acordo com os setores da economia e as áreas disponíveis para suas alocações. Atividades de tipo N1 – Localizadas na malha urbana das RAs, com forte integração com a vida urbana e seus diferentes usos, aproveitando a infraestrutura instalada e distribuída ao longo dos principais eixos de transporte (basicamente setor terciário da economia). Atividades de tipo N2 – Localizadas contíguas às rodovias, nas extremidades da malha urbana, podendo exigir áreas maiores. Na franja da ocupação urbana, nos eixos de grandes rodovias, atualmente as áreas sofrem pressão para ocupação habitacional (abrange secundário e terciário). Atividades de tipo N3 – Localizadas em novas áreas (hoje rurais) que demandam a instalação de grandes empreendimentos âncoras, prioritariamente nas bordas do DF, assegurado o transbordo de cadeias produtivas nos municípios da RIDE, com arranjos de governança específicos (grandes empreendimentos). Com base nisto foram definidas cinco áreas de desenvolvimento produtivo: áreas de desenvolvimento produtivo do centro regional (1), próxima ao Polo JK (2); de Sobradinho (3); na região de Planaltina (4) e polo de saúde (5). Estas são as áreas de desenvolvimento produtivo para o DF, tanto para atividades de natureza N2, como de N3, sobrepondo aos mapas de risco. A Conselheira Maria Silvia apresentou a proposta de zonas, onde o DF foi dividido em duas grandes zonas: 1 – Zona ecológico/econômica de diversificação produtiva, voltada aos serviços ecossistêmicos, que foi subdividida em cinco subzonas (SZ-1, SZ-2, SZ-3, SZ-4 E SZ-5). 2 – Zona ecológico/econômica de dinamização produtiva, voltada à redução de desigualdades socioeconômicas, que foi subdividida em oito subzonas (SZ-A, SZ-B, SZ-C, SZ-D, SZ-E, SZ-F, SZ-G E SZ-H). A SZ-1 prioriza a garantia da produção hídrica, pela eficácia das políticas de uso e ocupação do solo, controle de desmatamento de novas áreas, plano de desenvolvimento rural, diretrizes para o entorno das UCs, atividades econômico/produtivas. A subzona SZ-2 prioriza a conservação dos ambientes naturais, por meio da eficácia de atividades econômicas sustentáveis, sem descuidar de corredores ecológicos, do zoneamento e planos de manejo para as UCs existentes. A subzona SZ-3 prioriza a recarga dos aquíferos e preservação dos corredores ecológicos, por meio de atividades agrícolas compatíveis com os objetivos da subzona. A SZ-4 prioriza as atividades

econômicas agrícolas e agroindustriais que não ofereçam riscos de contaminação dos aquíferos. Por fim, a SZ-5 priorizando a preservação ambiental e a manutenção dos remanescentes do Cerrado nativo, por meio da integridade e continuidade do maciço ecológico de Cerrado, dos programas de conservação, do aporte de infraestrutura compatível e das baixas densidades de ocupação. A SZ-A, com o objetivo de promover o desenvolvimento produtivo do Sudoeste, prioriza o desenvolvimento de grandes negócios relacionados à área metropolitana limítrofe. A SZ-B objetiva a integração do eixo Sudoeste de desenvolvimento priorizando à consolidação do centro metropolitano e integração dos núcleos urbanos do eixo Sul/Sudoeste. A SZ-C objetiva a qualificação da infraestrutura para proteção do Lago Paranoá, priorizando a qualificação da infraestrutura de saneamento ambiental e a recuperação de danos ambientais, como forma de promover a integridade e funcionalidade dos tributários do Lago Paranoá. A SZ-D objetiva a garantia dos usos múltiplos do Lago Paranoá, priorizando a preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília - CUB, a promoção das oportunidades econômicas advindas do turismo cívico e arquitetônico e a proteção do Lago Paranoá, como elemento da paisagem urbana e manancial de abastecimento público, assegurados seus usos múltiplos. A SZ-E objetiva o controle de uso do solo para proteção do rio São Bartolomeu, priorizando a manutenção de condições adequadas de permeabilidade do solo e preservação do Cerrado nativo. A SZ-F objetiva o controle do uso do solo para proteção do Lago Paranoá), priorizando a manutenção das condições de permeabilidade do solo e de proteção de nascentes para a garantia da alimentação do reservatório do Lago Paranoá, bem como à implantação de infraestrutura de saneamento ambiental para garantia da qualidade da água deste manancial. A SZ-G objetiva a promoção do desenvolvimento produtivo Norte, priorizando a implantação de áreas de desenvolvimento produtivo de Natureza N2 e à adequação de usos para permissão de atividades econômicas de Natureza N1, nos núcleos urbanos de Sobradinho e Planaltina, para assegurar a geração de empregos e renda na porção Norte do território, mantidas as condições adequadas de permeabilidade do solo, visando garantir a produção de água nos tributários do Rio São Bartolomeu. A SZ-H objetiva a conservação da paisagem natural, priorizando a implantação de áreas de desenvolvimento produtivo de natureza N1, N2 e N3 e, assegurada a preservação das conexões ambientais e corredores ecológicos. Encerrou a apresentação. O presidente do Conselho prosseguiu com a reunião para considerações dos Conselheiros. O Conselheiro Manoel Araújo/IBAMA/DF pediu esclarecimentos sobre as usinas de asfalto, que estão alocadas na SZ-2, e da região de Cafuringa, que tem alto potencial de conservação e também abriga empresas de mineração. O Conselheiro Montenegro/ABES/DF observou que na SZ-1 há um trecho de Ceilândia que está dentro dessa Zona, a proposta era não ficar dentro da Bacia do descoberto, mas ficou. Também está dentro o Condomínio Privê. Sobre tratamento quaternário de esgoto, pouco se sabe. Mas antes de entendermos isto, temos que cuidar do manejo adequado da poluição difusa e das águas pluviais. O mapa que falou sobre indicador outorgado, talvez falte um diálogo com o enquadramento. Na SZ-A cabe uma menção sobre os impactos das águas do Corumbá. Também gostaria de visitar os conceitos de contaminação do solo. No caso do DF temos uma cobertura boa de rede de esgoto. Gostaria de entender até que ponto estas considerações foram observadas na construção do mapa apresentado no ZEE. A Conselheira Maria Sílvia esclareceu que em relação a SZ-2, várias sugestões estão sendo colhidas junto ao IBRAM, que licencia estas atividades, para ajudar na conclusão deste tema. O maior desafio é colocar comandos claros no ZEE para orientar o licenciamento. Uma ideia é assegurar um comando para garantir a reconstituição da paisagem de solo e subsolo após as escavações. Há algumas propostas neste sentido que estamos estudando. Em relação aos questionamentos da ABES/DF, temos no DF quem defenda o traçado do anel viário, contudo, demonstramos que na porção Norte e Norte do arco Leste não há circulação de carga. Estamos agendando uma reunião com o DER/DENIT para discutir no âmbito federal esta questão. Sobre as águas pluviais nós concordamos com o conselheiro,

visto que a impossibilidade de trabalhar ambientes urbanos mais qualificados vem, menos da questão de efluentes lançados e mais da falta de controle da drenagem, porque ela impossibilita, no total de poluentes no rio, que a CAESB lance mais. São algumas questões que precisam ser revistas para chegarmos a uma solução. A CAESB coloca que é preciso incluir uma estratégia de orçamento para a CAESB e NOVACAP para que isto seja harmônico. Sobre o indicador outorgado, vamos retomar a revisão, visto que o Conselheiro tem razão na observação, uma vez que o enquadramento é nosso eixo de qualidade em todas as Zonas. Alguns dados que já temos, vindos de estudos da UnB, mostram que já temos um nível de contaminação do subsolo no DF, na região do Jardim Botânico, e estamos considerando isto. Passou a palavra à Conselheira Regina Fittipaldi, que inquireu sobre o que está sendo construído, do ponto de vista do código de obras e edificações, para integrar novas tecnologias, como, energia solar, recarga, etc. Como o governo está trabalhando para solucionar os problemas resultantes do lixão da estrutural, no que se refere a contaminação dos aquíferos. O que está sendo planejado para a mobilidade urbana no DF, no sentido de amenizar os problemas climáticos. E, por fim, é preciso que a cidadania se aproprie das audiências públicas como instrumento de consulta e participação da sociedade e não como mera formalidade. Finalizou. O Conselheiro Thiago/SEGETH lembrou que, quanto a mobilidade, o governo partilha de vários conceitos fundamentais, a exemplo daquele que tenta inibir o transporte individual e estimular o transporte coletivo. Já estão sendo trabalhados o aumento das ciclovias, etc. Outra questão que está sendo estudada é a da certificação da energia solar atrelada à renúncias fiscais quando comprovada a certificação ambiental do empreendimento. A permeabilidade intralotes também está sendo trabalhada, considerando a infiltração, o retardo, a arborização, etc. Finalizou. Passou a palavra ao Conselheiro Mourão que questionou como este instrumento valioso que é o ZEE vai permear a sociedade e o próprio governo para consolidar a efetivação daquilo que está sendo proposto. O Conselheiro Thiago informou que, quanto mais transparente for o documento final do ZEE mais ele tem chance de ser internalizado pela sociedade. O presidente da reunião informou que o governo está trabalhando para dar a assistência socioeconômica que os catadores precisam nesse processo de fechamento do lixão da estrutural. Também está sendo trabalhado o plano distrital de resíduos sólidos. Na política de clima temos um inventário de clima do DF que precisa ser melhorado, já estamos trabalhando nisso. Na questão da mobilidade temos um plano de mobilidade, que será apresentado a este conselho. Quanto as indústrias de cimento estamos trabalhando para construir um protocolo de redução das emissões, com a participação voluntária das empresas do setor. Passou a palavra ao Conselheiro Fernando/OAB que parabenizou o trabalho do ZEE e colocou a instituição a disposição para auxiliar na formatação da minuta do ZEE. Inquireu se, na construção desses mapas foi levada em consideração a estruturação fundiária do DF. A Conselheira Adriana/SEGETH lembrou que os mapas apresentados não trazem, de forma satisfatória, a estratégia. É preciso olhar se há a necessidade de ter esse reflexo. Finalizou lembrando nas áreas onde estão as N2 e N3, foi apresentado que estas áreas tem necessidade de mudança de zoneamento. É preciso avaliar melhor esta questão. Passou a palavra à Conselheira Mônica Veríssimo que chamou a atenção para o fato de que o ZEE deve dizer os limites deste trabalho, uma vez que não vai responder a todas as necessidades do DF. O mapa de risco não compatibilizou o zoneamento com os demais ZEEs dos Estados, conforme determina o MMA. No caso de Goiás foi feito um zoneamento de áreas prioritárias, que vai ao encontro do que está determinado na Convenção da Diversidade Biológica - CDB. O Goiás também estabelece as unidades de paisagem, e isso não apareceu aqui no ZEE do DF. Na SG, está colocada uma área de dinamismo sobreposta ao REBIO de Contagem, pode ser questão de escala. Na APA do Gama Cabeça de Veado, está colocada zona de preservação da vida silvestre da APA a área de expansão do aeroporto, isto é preciso ser revisto. Isto é uma zona de preservação mais restritiva, é preciso ser considerada no todo. A SZ-1 está colocada para a questão do Descoberto e do Parque

Nacional Santa Maria. Então eu pergunto: porque não incluíram no SZ-1 o próprio Paranoá? É importante lembrar que o Código Florestal - CF, Art. 14, trás que as reservas legais serão todas colocadas no ZEE. Eu não vi esta colocação no ZEE. O Art. 25, do CF trata só de áreas urbanas, então, pode incluir este artigo, visto que lá já tem alguns conceitos. É importante retornar as áreas de APMs. Também recomendo a sobreposição das Reservas da Biosfera – RDBs, em cumprimento ao Plano de Lima. Quando eu olho o mapa não dá pra perceber o nível de fragmentação nas zonas. As manchas colocadas nestes mapas são maiores do que as estabelecidas no PDOT, isso fragiliza ainda mais as unidades já existentes e as conquistas até aqui processadas. Finalizou. A Conselheira Maria Sílvia esclareceu que esta reunião tem o objetivo precípua de ouvir as sugestões dos Conselheiros e que todas as sugestões estão anotadas e serão estudadas cuidadosamente, podendo, em alguns casos, serem consultados para discussões mais detalhadas. Lembrou que ainda tem muitas discussões em aberto, que são necessárias para o fechamento do documento. Agradeceu as contribuições e finalizou. Não havendo mais considerações, o Presidente encerrou a reunião. A Ata será lida e aprovada por todos os conselheiros presentes e, posteriormente, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.